
FEMINISMO E EDUCAÇÃO: UM DESAFIO DO PASSADO OU UMA QUESTÃO REPENSADA

BARRACHI, Sônia Bernadete Martins

RESUMO: Este texto propõe uma reflexão, a partir dos mitos que levaram à submissão da mulher, demonstrando, historicamente, a desigualdade entre homem e mulher. Expõe, ainda, a dificuldade de participação feminina no processo educacional, e de algumas conquistas.

Palavras-chave: Feminismo. Educação. Desigualdade. Mito.

SUMMARY: Feminism and Education: a challenge of the past or a re-examined question. Summary this article invites the reader to reconsider myths which had led to submission of women, thereby, underlining the inequality between men and women historically. Moreover it demonstrates the difficulty encountered by women in the educational process and certain achievements.

Keywords: Feminism. Education. Inequality. Mith.

Vencer , para mim, é poder sustentar o desejo e os desejos. Deve-se sim reconhecer a diferença de gêneros sexuais como diferença e não como diferença e não como carência. (FERNANDEZ, 1994).

Segundo um mito, a mulher foi criada por Deus, tomando uma costela de Adão; logo, o corpo da mulher “nasce” do corpo de homem. Parece que, desse mito, já surge a submissão da mulher frente ao homem.

Há outros mitos sobre a origem do mundo, da natureza e das criaturas, em que a criação é feminina, sendo a mulher poderosa e geradora da vida. Um deles é o mito celta, relatado em 1989 por Anne Cameron (in DI CIOMMO, 1999), segundo uma perspectiva feminista:

Primeiro, existia um grande ovo e dentro dele a promessa de toda a vida. Essa promessa de vida começou a crescer e a casca que a continha começou a esticar.

A casca quebrou e, dentro do ovo, correu a água da vida, um rio de esperança. O rio da Vida trouxe com ela a grama e as árvores, flores, frutas e vegetais e todas as coisas que crescem na terra e procuram pelo céu. Os peixes tomaram seus lugares nos rios e lagos e os pássaros nos galhos e nos céus. Então os animais foram saindo de dentro do ovo, emergindo da água tomando seus lugares na criação.

O criador, a Voz Daquele que Deve ser Obedecido, fez então a Primeira mulher. Seu corpo foi feito com barro da terra, que não por acaso é o lar dos seres humanos. Seus ossos e dentes foram feitos com as conchas das criaturas do mar e os minerais das rochas. Seu cabelo foi feito de hera e grama. A luz de seus olhos, a luz da vida e do conhecimento, era a luz do sol, da lua, das estrelas.

A primavera Mãe não veio para a Terra de algum outro lugar no universo. Não veio do céu ou de uma outra estrela, nem viajou de outro planeta, mas foi criada aqui, do solo terreno e seu sangue é a água do mar, salgada e sustentadora da vida. A Primeira mãe ainda não havia recebido o dom de falar, mas possuía o dom de compreender e a e matia. E possuía dentro de seu corpo, o dom da vida. Dela, do seu corpo, feito de solo e minerais da terra e da água e do sal do mar, vieram as crianças, muitas crianças, todas irmãs e irmãos”. (p. 168-169).

Entre os celtas, a mulher era chefe da família, não do casal. Depois do século X, houve uma regressão no estatuto jurídico da mulher. A força do primeiro mito prevalece e, ao longo dos séculos, assistimos à redução do espaço e ao esmagamento da natureza feminina.

A situação da mulher, no Brasil e no mundo, pelo modo como evoluiu historicamente, criou um verdadeiro mito de desigualdade entre o homem e a mulher. Mito que vem sendo desmentido pelos feitos extraordinários com que a mulher vem surpreendendo o mundo. De século em século, o discurso da desigualdade entra em conflito com o discurso da igualdade, e a mulher, no século XX, sai vitoriosa desse combate.

Homem e mulher são diferentes fisicamente, o que é óbvio. Porém, diferente não significa inferior, e é exatamente aí que se problematiza a questão de desigualdade entre os sexos. Tal diferença é articulada socialmente, valorizando o homem em detrimento da mulher.

Estudos realizados mostram que as raízes portuguesas da nossa mentalidade cultural, entre outras, contribuíram para as teses de origem popular do poder e dos direitos do homem. As características “autoritárias”, presentes no campo político, muitas vezes foram extrapoladas para nossas relações sociais, familiares, educacionais e culturais.

Segundo Weber (1980), há três tipos de bases da legitimidade, nas quais se apoiam as relações entre dominantes e dominados: primeiro, é a dominação **carismática**, como o profeta, o guerreiro, o demagogo, e que se baseia na devoção afetiva ao líder, aos dotes que tem. O segundo tipo de dominação refere-se à **tradicional**, que pode ser patriarcal. Obedece-se à pessoa devido à sua dignidade própria, seguindo a tradição, e por fidelidade. O que manda é o senhor e os que obedecem são os súditos. E o terceiro tipo de dominação é a **legal**, que se baseia na crença de que se obedece à lei; tanto o que ordena, como o que obedece, são regulados pro lei ou norma.

Sob esse prisma de Weber, poderemos dizer que a autoridade do professor que trabalha em instituições oficiais de ensino é uma autoridade legítima, porque tem a posse do diploma reconhecido pelo Estado e sua autoridade advém do cargo e não de suas qualidades próprias, da pessoa que o ocupa; existe uma competência e se enquadra numa estrutura hierárquica, seguindo o regimento estabelecido.

Também na sala de aula a autoridade do professor apresenta característica do tipo doméstico ou patriarcal; baseia-se no afeto e considerações pessoais. Há procedimentos arbitrários desses sentimentos dos alunos em relação ao professor.

O poder sempre foi masculino e a mulher esteve por algum tempo afastada da escola. No Brasil, a mulher só obteve o direito à educação pela lei de 15 de outubro de 1827. A discriminação continua através da diferenciação de currículos, de matérias lecionadas, salário.

“As primeiras escolas normais brasileiras foram estabelecidas, por iniciativa das Províncias, logo após o Ato Adicional de 12/08/1834” (TANURI. 1979 p. 14). Mas, só no final do Império, é que a Escola Normal se transformou num espaço predominantemente feminino, embora ainda não fosse permitido à mulher estudos de nível superior. Em São Paulo, a mulher teve acesso real à Escola Normal em 1875 e, só a partir de 1880, começou a feminização de frequência da Escola Normal. São várias as razões desse fato: uma delas é o tipo de pensamento dominante do final do século XIX, quando teóricos positivistas diziam que a mulher está ligada à maternidade, tem mais jeito para lidar com criança, habilidade, paciência, e que as diferenças de sexo, caráter, temperamento, tipo de raciocínio seriam capazes de socializar a criança. A boa professora é reconhecida como uma segunda mãe dos seus alunos, daí a frase elogiosa: “ela não é uma professora, é uma mãe para os alunos”.

A atividade dá a possibilidade de a mulher ter uma atividade paralela à doméstica e é inadequada ao homem que é chefe de família, devido ao baixo salário, e que necessita de uma profissão mais rentável. Assim, aliado ao conceito de vocação, as mulheres optavam por profissões, mesmo que menos valorizadas socialmente, com as quais podiam conciliar as atividades domésticas, devido à curta jornada de trabalho.

Com toda essa discriminação, a mulher começou a lutar e vem lutando contra essa situação instalada. Através do movimento feminista, começou a reivindicar sua colocação

na sociedade como cidadã, sem desigualdades, passando do mundo doméstico para o público, sem aceitar a idéia dos higienistas e positivistas que as viam apenas como reprodutoras da raça. Nessa sociedade conservadora, ainda permanecem muitos padrões de violência, repressão, desnível salarial, entre outros.

Ao final do século XIX, nota-se um movimento feminino liderado por uma elite letrada que se calara após a conquista do voto, em 1930. Somente nos anos 60, Betty Friedman denuncia a manipulação da mulher pela sociedade, e grupos heterogêneos se mobilizam, como intelectuais, operários, professoras, donas de casa. A sociedade brasileira conservadora, na década de 70, sofre uma mudança com as feministas que conseguem se libertar da “voz do dono” para ouvir “a sua”.

A inclusão da mulher nas fábricas, no comércio, no setor de produção, possibilitou uma nova mentalidade, e alguns costumes mudaram. Porém, o homem continua a dirigir e organizar o ensino, e as professoras continuam seu trabalho, apesar dos baixos salários, de lutas de classe, das denúncias e opressão. Mas, foram as professoras que levaram e levam em frente o ensino e a aprendizagem, enquanto suas histórias de sucesso são camufladas, por trás do imaginário de que educar é uma vocação, uma missão, um sacerdócio como queriam os positivistas e a Igreja; há muita garra, competência e luta.

Rendel assinala que o feminismo possibilita uma reinterpretação da teoria marxista e que, apesar da igualdade perante a lei, o acesso à educação e profissionalização não libera a mulher das responsabilidades familiares e dificulta seguir carreira.

A opção das mulheres pelo magistério pode ser definida como uma imposição, determinada por vários fatores.

Muitos problemas presentes ainda hoje estão marcados por relacionamentos de ordem tradicional patriarcal, e há predominância de mulheres na composição do corpo docente. As professoras ao se comportarem como “tias” ou parentes, disponíveis, com tudo o que há de positivo ou negativo, mostram que ainda não foi superado o relacionamento patriarcal na convivência.

A sociedade exige das mulheres a invisibilidade de sua produção, visto que o trabalho doméstico é uma tarefa incisível, que só se vê quando é cumprida, e o que deve ocorrer por parte das mulheres é considerar o valor produtivo do seu trabalho, qualificando-se e tornando-se visível.

A própria história oficial protegeu os arquivos e os feitos masculinos, ignorando os femininos. Ela sempre foi escrita pro homens e a eles reverencia, como se mulher fosse algo invisível, sem passado histórico, ou sem considerá-la também como sujeito desse processo. Embora seja certo, também, que muitas mulheres eliminaram sua escrita, resguardando sua intimidade, e muitas nem tiveram oportunidade de serem alfabetizadas, o que as impedia do registro de suas idéias e as deixava alienadas socialmente, politicamente. Perrot, em 1987, considera que mulheres agem na sombra, manipulando os homens, detentores do poder, substituindo, assim, o perfil da mulher por um conceito de mulher popular rebelde, resistente, reinando no espaço urbano. Fenelon, no século XVII e XVIII, demonstrava a importância da educação das moças, abordando o problema das diferenças individuais na educação e enaltecia o papel que a mãe e amante desempenhavam no destino dos povos.

Lembrando as conquistas feministas de 1932, entre outras quando conseguiu o direito do voto, ainda fica a árdua, mas prazerosa tarefa de ensinar e sua responsabilidade diante da educação. Faz-se necessário não ficar esperando e sim lutar pelos direitos para que sejam efetivados e respeitados, seja enfrentando todas as adversidades no lar, na profissão e na continuação dos estudos, que já é uma realidade, pois 18,7% de mulheres têm 11 anos de estudo, ao passo que entre os homens este índice é de 13,9%. Também com relação ao salário, o salário da mulher subiu 6,1% nos últimos 20 anos e o dos homens caiu 11,7% (DIMENSTEIN, 1999).

Assim, feminismo e educação constituem um desafio do passado e uma questão ainda a ser repensada, no sentido, principalmente, da conquista de novos espaços. Infelizmente, há ainda no do século XXI, lugares que se utilizam da violência para manter as mulheres submissas. Portanto, muito ainda se tem a fazer pela não exclusão das mulheres, pela não violência a elas; reescrever e reinterpretar essa história, colocando-as como sujeitos que empreenderam e empreendem ações, pois são as principais agentes na educação escolarizada; mudar o imaginário social, sem fazer da sua educação um prolongamento da educação familiar.

Atualmente, a imagem do nosso planeta, a visão da Terra inteira, propõe que estamos ligados pela totalidade dos nossos conhecimentos, pela soma de técnicas. O movimento ecologista e o feminista lutam contra as formas de submissão, repudiam todas

as formas de dominação e discriminação. São a favor do resgate da cultura feminina, da interação de todos com a natureza e propõem um relacionamento igualitário, uma interação entre homens, mulheres e meio ambiente. Não há papéis femininos ou masculinos, eles são atribuídos conforme a cultura de cada sociedade. Deve haver uma diferenciação articulada, não desigual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. **Mulheres na escola:** algumas reflexões sobre o magistério feminino. Araraquara: UNESP/ Departamento de Didática.

ALMEIDA, J. S. **As mulheres na história da educação brasileira:** reinterpretando espaços de poder. UNESP.

CAMERON, A. In: Di CIOMMO, R. C. **Ecofeminismo e educação ambiental.** São Paulo, 1999.

DEMARTINI, Z. de B. F; ANTUNES, F. F. **Magistério primário:** profissão feminina, carreira masculina. São Paulo, p. 5 – 14, Ago. 1993. (Cadernos de Pesquisa, n. 86).

DIMENSTEIN, G. **Aprendiz do futuro:** cidadania hoje e amanhã. São Paulo: Ática, 1999.

FERNÁNDEZ, A **A mulher escondida na professora.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GANDINI, R. P. C. Patrimonialismo e educação: a autoridade do professor em discussão (Homenagem a Luiz Pereira) UNICAMP.

TANURI, L. M. **O ensino normal no Estado de São Paulo – 1890 – 1930.** Publicação da Faculdade de Educação Estudos e Documentos. Universidade de São Paulo. 1979.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (orgs.). **Marx Weber:** sociologia. 3. ed. São Paulo: Ática. 1980. (Col. Grandes Cientistas Sociais).